

Análise das fontes de financiamento das micro e pequenas empresas

Analysis of funding sources for micro and small companies

Recebido: 01/05/2020 – Aprovado: 04/01/2021 – Publicado: 02/02/2021
Processo de Avaliação: Double Blind Review

Alisson Ferreira Nogueira

allisson.f16@gmail.com

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

<https://orcid.org/0000-0003-0751-359X>

Fábio Chaves Nobre

fcnobre@gmail.com

Universidade Federal Rural do Semi-árido

<https://orcid.org/0000-0001-9011-4252>

Liana Holanda Nepomuceno Nobre

liananolobre@ufersa.edu.br

Universidade Federal Rural do Semi-árido

<https://orcid.org/0000-0001-6756-9179>

RESUMO

As micro e pequenas empresas brasileiras são marcadas por uma desigualdade no que se refere ao acesso de crédito e financiamento, se comparadas às empresas de maior porte. Dessa forma, surge a necessidade de investigar o cenário das micro e pequenas empresas mediante o contexto da liberação de crédito. Diante disso, a pesquisa objetiva averiguar as liberações de crédito para as micro e pequenas empresas por porte e se há associação estatística e significativa em tais liberações. A amostra foi composta de 269 empresas. Foi utilizado o teste qui-quadrado para verificar as associações entre o porte e os tipos de liberação de crédito. Diante disso, foram elaborados quatro hipóteses para testar as associações descritas no trabalho. Os resultados sugerem que não há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de recurso utilizado para financiar o investimento fixo no que tange o alongamento de prazos com fornecedores. A pesquisa evidencia que há uma associação significativa entre o porte e o tipo de financiamento com utilização de empréstimos bancários públicos. Por fim, há uma associação entre o porte empresarial e o tipo de liberação de crédito para pessoa jurídica voltados para MEs e EPPs, os MEIs são voltados para a liberação de crédito para pessoa física.

Palavras-Chave: financiamento de micro e pequenas empresas; liberação de crédito; porte empresarial

ABSTRACT

Brazilian micro and small companies are marked by an inequality in terms of access to credit and financing, when compared to larger companies. Thus, there is a need to investigate the scenario of micro and small companies in the context of credit release. According to this, the research aims to ascertain the credit releases for micro and small companies by size and whether there is a statistical and significant association in such releases. The sample was composed of

269 companies. The chi-square test was used to verify the association between size and types of credit release. As a consequence, four hypotheses were developed to test the associations described in the work. The results suggest that there is no significant association between the size of the company and the type of resource used to finance fixed investments in terms of lengthening terms with suppliers. The research shows that there is a significant association between the size and type of financing with the use of public bank loans. Finally, there is an association between the business size and the type of credit release for legal entities aimed at MEs and EPPs, the MEIs are aimed at the release of credit for individuals.

Keywords: financing of micro and small Enterprises; credit release; business size.

1. INTRODUÇÃO

Na busca pelo desenvolvimento econômico, é imprescindível que o poder público e entidades envolvidas diretamente na produção de riquezas detectem onde podem investir e alocar os recursos de forma a impulsionar a economia do Estado em todos os seus níveis. Uma forma de aquecer a economia é a liberação de crédito, para que esse, circulando ativamente possa fomentar as atividades e transações comerciais.

Sabendo disso, cabe agora identificar qual público deve receber os investimentos necessários para geração de riqueza, emprego e renda na economia. No cenário nacional, a atuação das micro e pequenas empresas é importante para a redução da desigualdade social, sendo a principal mola para geração de emprego no país, e demonstra uma exponencial capacidade de expansão mesmo diante da carga tributária e da burocracia que impede a criação de novos negócios no país (SILVA et al, 2015).

As contribuições das micro e pequenas empresas também se destacam em um cenário continental, o MERCOSUL reconhece que a atuação dessas empresas é importante não apenas para o desenvolvimento econômico do MERCOSUL, mas também para a consolidação e o desenvolvimento social, criação de vastos contingentes de empregos e uma melhor distribuição da renda. Sendo assim, é oportuno e necessário pensar em um conjunto de medidas que beneficie esse segmento (MERCOSUL, 1993).

Matos e Arroio (2011) afirmam existir uma crescente atenção dos formuladores de políticas públicas às potenciais contribuições de empresas de pequeno porte para o desenvolvimento social e econômico. Esse maior interesse pode ser justificado através da percepção da crescente participação das micro e pequenas empresas no Brasil. Em pesquisa publicada pelo Sebrae (2014), no ano de 2001, as micro e pequenas empresas representavam 23,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; já em 2011, esse percentual passou para 27%.

Se por um lado, essas empresas tiveram um aumento significativo de participação no PIB, por outro, a mortalidade das micro e pequenas empresas é um tema que tem sido destaque quando se fala dessas organizações. Maximiano (2006) destaca que uma das principais razões de mortalidade das micro e pequenas empresas nos primeiros anos de existência é a falta de políticas públicas que viabilizem e consolidem novos empreendimentos, e logo em seguida, está a falta de financiamento. A questão do acesso ao crédito, por parte das micro e pequeno porte no Brasil, coloca-se como um dos pontos vitais à possibilidade de sobrevivência desse tipo de empresa (CHAVES JUNIOR, 2000).

Também no contexto ampliado, o MERCOSUL reconhece a dificuldade das referidas empresas no que diz respeito ao acesso ao crédito adequado e necessidade de capital de giro, e que a falta desses limita o desempenho dessas empresas (MERCOSUL, 1993). Carvalho e Abramovay (2004) reforçam o argumento de que “o sistema financeiro brasileiro não atende às necessidades das pequenas e das microempresas”.

Nesse contexto, percebeu-se a importância de estudar a liberação de crédito para desenvolvimento e financiamento das micro e pequenas empresas no contexto brasileiro. Nesse sentido estabelece-se como pergunta de pesquisa : Há associação entre o porte da empresa e a fonte de financiamento para suas atividades? O objetivo da pesquisa se refere a identificar as liberações de crédito para as micro e pequenas empresas por porte e se há diferenças de médias estatísticas e significativas em tais liberações e de que forma ocorrem.

O estudo se justifica diante da perspectiva de que as micro e pequenas empresas têm um reconhecido potencial de contribuição para maior expansão do desenvolvimento econômico nacional. Matos e Arroio (2011) dizem que, a partir do século XX, há uma maior atenção dos formadores de políticas públicas para esse público, sendo essa atenção associada à formulação de novas políticas de estímulo ao desenvolvimento produtivo.

Uma vez que para que o setor esteja continuamente expandindo suas operações, são necessários mecanismos que permitam que as micro e pequenas empresas tenham vantagem competitiva em relação às grandes empresas, principalmente quanto à expansão do crédito, bem como linhas especiais de financiamento, associadas às garantias, de modo que o governo proporcione condições para que essas empresas possam buscar melhores condições de empréstimos visando financiar sua produção e seus serviços (SILVA et al, 2015).

2. LITERATURA SOBRE AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

Há bastante tempo, os termos microempresa e pequena empresa são utilizados sem nenhuma distinção (DUTRA; GUAGLIARDI, 1984). Vários indicativos podem ser utilizados para a classificação das microempresas e empresa de pequeno porte na economia no Brasil (OLIVEIRA et al., 2016). Contudo, apesar do importante papel representado pelas microempresas e empresas de pequeno porte, essas não possuem critério único universalmente aceito para defini-las (SILVA NETO; TEIXEIRA, 2011).

Ressalta-se a necessidade de diferenciação do entendimento acerca de cada porte de empresa, visto que é imprescindível que esteja claro com quem se está lidando para desenvolver estratégias adequadas a cada público. Por isso, Matos e Arroio (2011) afirmam que essas diferenças de classificação podem induzir a equívocos quando da comparação de diferentes estatísticas, pois estarão se referindo a diferentes universos de empresas com diferentes dimensões. Diante da necessidade de definição, Leone e Leone (2012) dizem que a classificação pode estar disposta quanto à propriedade, controle, setor de atuação, relação com o mercado externo, governança corporativa, quanto a responsabilidade social e ambiental e quanto ao tamanho.

Contudo, percebe-se que a dificuldade em diferenciar os portes dessas empresas pode estar relacionada às suas características em comum que essas possuem, ou seja, a estrutura organizacional simples, o dirigente principal é o responsável pelas tomadas de decisões, o número de diretores é pequeno, as fontes de financiamento são escassas ou de difícil acesso, a mão de obra normalmente é não especializada, existe uma falta de domínio do setor que atuam, normalmente são subordinadas às empresas de grande porte e existe um vínculo estreito entre o dono e a empresa, o que pode provocar problemas na administração (CHAVES JUNIOR, 2000).

Portanto, os termos não contam com um marco conceitual harmonizado, sendo utilizados para caracterizar uma economia informal, popular ou social, o que pode representar simplificação inadequada (VIDAL, 2011). Diante dessa arbitrariedade na categorização das empresas, percebe-se que alguns critérios utilizados acabam se tornando mais relevantes que outros, e que os critérios quantitativos são os mais utilizados em todos os setores da economia (COSTA; LEANDRO, 2016)

Oliveira et al. (2016) destacam que o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) definem as micro

e pequenas empresas por meio de sua receita bruta anual. Contudo, apesar da delimitação utilizada por esses órgãos, ainda existem outros entendimentos acerca da diferenciação, como por exemplo, o Sebrae e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que têm como base de classificação de empresas, o número de empregados que compõe suas estruturas (OLIVEIRA et al.,2016).

León e Schreiner (1998) apresentam uma classificação em função das demandas de crédito ao sistema financeiro considerando o tipo de atividade econômica, capital, tamanho das vendas, tamanho da micro e pequena empresa e números de trabalhadores. Oliveira et al (2016) afirmam que há um certo grau de arbitrariedade no que tange aos órgãos que atuam diretamente com essas empresas e os propósitos a que se dá esse relacionamento. A classificação correta sobre as micro e pequenas empresas auxilia o melhor entendimento sobre as mesmas e sua dinâmica com a economia.

3. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: DINÂMICA NA ECONOMIA

O crescimento das economias, como a brasileira, depende fundamentalmente da capacidade de criar e manter empresas capazes de sobreviver no mercado atual, gerando emprego e renda à população economicamente ativa, de maneira sustentável por longos períodos de tempo, levando o país a alcançar uma maior produção de bens e serviços, aumentando o bem-estar e melhorando a distribuição de renda no país (DORNELAS, 2003).

Nesse contexto, encontram-se as micro e pequenas empresas que auxiliam para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, na medida em que fazem o dinheiro circular, realizando gastos, contratando pessoas, fazendo investimentos, comprando insumos e muitos outros dispêndios para continuarem existindo, alimentando toda e qualquer cadeia produtiva e assim, contribuindo para o Produto Interno Bruto (PIB) do país (EVERTON JUNIOR, 2017).

As micro e pequenas empresas vem estabelecendo sua participação efetiva na economia há algumas décadas, sendo percebidas pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), que em 1985 calculou em 21% a participação dos pequenos negócios no PIB, e após a virada do século, em 2001, a Fundação Getúlio Vargas, após ser contratada pelo Sebrae, para uma nova pesquisa com a mesma metodologia obteve um resultado de 23,2% de participação no PIB nacional (OLIVEIRA et al., 2016). Segundo dados publicados pelo Sebrae (2014), o valor agregado das

micro e pequenas empresas na economia nacional, entre 2009 a 2011, cresceu de R\$ 445 bilhões para R\$ 599 bilhões, o que corresponde a 27% do Produto Interno Bruto nacional.

O bom desempenho da economia brasileira no período 2000-2011, aliado às políticas de crédito, impulsionou o crescimento das micro e pequenas empresas no país e confirmou sua expressiva participação na estrutura produtiva nacional. (SILVA et al., 2015). O resultado desse desempenho fez ascender de maneira célere a importância dessas empresas, uma vez que os formuladores da política pública passaram a preocupar-se em criar condições favoráveis, concedendo tratamento especial para essas organizações. Porém, constata-se um atraso no que diz respeito a criar condições favoráveis para as micro e pequenas empresas brasileiras (AOKI; BADALOTTI, 2014).

Entretanto Santos, Krein e Calixtre (2012) apresentam as micro e pequenas do Brasil como instituições marcadas por profundas desigualdades de produtividade, de acesso ao financiamento e recursos próprios para investimento e de capacidades para inovação. As micro e pequenas empresas precisam de um tratamento especial, diferenciado, para cumprirem o papel relevante que lhes cabe na economia nacional (EVERTON JUNIOR, 2017). Entretanto, no Brasil o incentivo às micro e pequenas empresas ainda é tímido e isso se reflete em alguns indicadores de resultados (ANDREASSI, 2004).

Embora diversos esforços estejam sendo envidados nos últimos anos para a expansão de crédito para as micro e pequenas empresas, ainda sim, carecem de maiores recursos para realizarem suas atividades fins, sob melhores condições de acesso e custos reduzidos (ZICA; MARTINS; CHAVES, 2008). Uma vez que a necessidade de dinheiro de terceiros pode estar associada, dentre outros fatores, a altos custos operacionais, carga fiscal, baixa produtividade, preço final de venda pouco competitivo, mau planejamento, entre outros, sem contar, evidentemente, com os efeitos das crises econômicas (CHAVES JUNIOR, 2000).

Entretanto, mesmo que houvesse uma crescente exigência de que os bancos de desenvolvimento investissem recursos públicos em micro e pequenas empresas, esses bancos, devido às suas características específicas e ao contexto em que estão inseridas, enfrentam muitas dificuldades para lidar com as micro e pequenas empresas (MATOS; ARROIO, 2011; KOTESKI, 2004). Parte desse problema enfrentado pelas instituições financeiras, que desejam ofertar o crédito e expandir suas carteiras de empréstimos, é insuficiência de informações e de garantias confiáveis por parte das firmas (ZICA; MARTINS; CHAVES, 2008).

Para Zica e Martins (2008), esse problema se agrava sob a perspectiva de que as micro e pequenas empresas não dispõem das mesmas condições das empresas de maior porte para

pleitearem por melhores estruturas de financiamento, o que as faz enfrentar barreiras tanto das instituições financeiras públicas, quanto das privadas. Logo, o custo do financiamento torna-se muito alto e, conseqüentemente, um obstáculo para o empresário, uma vez que onera a produção, dificulta a formação de poupança para o investimento e provoca a inadimplência (CHAVES JUNIOR, 2000).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados primários desta pesquisa foram coletados por meio de um questionário estruturado, baseado em um questionário já validado pelo Sebrae (2017). A coleta dos dados primários contou com uma amostra não-probabilística e por conveniência, contando um total de 269 respondentes válidos entre os meses de agosto e setembro de 2019. A pesquisa foi realizada no município de Mossoró/RN, pois a cidade é a segunda na geração do PIB do estado e o principal município do semi-árido.

Além da coleta do questionário, foi feito um levantamento de dados secundários, em termo nacional, para apuração mais minuciosa da panorâmica sobre o assunto tendo em vista a possibilidade de maior compreensão do problema de pesquisa e comparação entre as possíveis divergências encontradas nos dois âmbitos da pesquisa.

Após a apresentação e descrição das micro e pequenas empresas nesse contexto local, apresentaram-se as diferenças existentes entre essas empresas no que se refere à distinção por porte. Foi utilizado o teste qui-quadrado para realizar as associações e verificar as diferenças significativas entre os dados obtidos a fim de apontar para a existência de comportamentos distintos entre essas empresas. Esta análise contribuiu para maior compreensão do assunto, uma vez os portes das empresas serão observados em detrimento dos outros fatores em questão. Sendo assim, foram elaboradas hipóteses para serem refutadas ou aceitas. A seguir, está a fundamentação de cada hipótese e a descrição da mesma:

Segundo Raifur, Alves e Sousa (2009) dizem que as micro e pequenas empresas possuem condições de crédito menos favoráveis que as grandes empresas e, portanto, são mais sensíveis aos ciclos econômicos. Por isso, segundo Longenecker, et. al. (1997), a dificuldade para obtenção de financiamento de capital de giro para as pequenas e microempresas se torna aparente que o crescimento pode ser fatal para essas empresas. Portanto, existem várias fontes de financiamento para o capital de giro, que dependem da análise de condições e dos custos do financiamento (RAIFUR; ALVES; SOUSA, 2009). Myers (1984) afirma que as empresas, em

geral, optam por financiamento interno como sendo a primeira fonte de financiamento, ou seja, utilizam capital próprio e, em seguida, utilizam capital de terceiro. Isso dá pelo fato de que o capital próprio não gera uma dívida que possa ser executado judicialmente, porém com um maior custo do recurso. Chaganti, DeCarolis e Deeds (1995) explicam que a escolha pelos empresários por capital próprio se dá pelas preferências pessoais dos mesmos.

Isso posto, percebe-se que há necessidade de investigar se o porte da empresa é um dos fatores condicionantes no tipo de recurso utilizado para financiamento do capital de giro da empresa, assim sendo a primeira hipótese busca testar a seguinte afirmativa: H1= há associação significativa entre o porte da empresa e as fontes de financiamento para o capital de giro.

O Quadro 1 evidencia as sub-hipóteses de H1:

Quadro 1: Sub-hipóteses para H1:

H1a	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por capital próprio.
H1b	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por cartão de crédito.
H1c	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por maiores prazos com fornecedores.
H1d	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por empréstimos bancários.
H1e	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por descontos de títulos.
H1f	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por familiares ou amigos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

É importante que o gestor financeiro saiba apurar os custos de seus financiamentos, tanto de curto como de longo prazos, pois a decisão de financiamento exige conhecer as alternativas de crédito disponíveis no mercado, a análise de seus custos e riscos respectivos, bem como as garantias exigidas (WERNKE et al; 2017). Sendo assim, as decisões sobre a viabilidade de investimentos não devem ser tomadas sem que antes sejam averiguados os custos dos financiamentos necessários para suportá-los, devendo ser apurados a partir das alternativas entre endividamento e capital próprio (PEROBELLI; FAMÁ, 2003).

Menéndez-Requejo (1996) afirma que a capacidade de investimento da empresa depende particularmente de sua capacidade de autofinanciamento, das formas de acesso a financiamentos externos à instituição e, conseqüentemente, das condições obtidas para esse financiamento. Postas essas variáveis já abordadas pela literatura, pretende-se averiguar se o porte da empresa é um fator condicionante do tipo de recurso utilizado para financiamento do investimento fixo da empresa, por isso, a seguinte hipótese deseja testar a seguinte afirmativa:

H2 = há associação significativa entre o porte da empresa e o recurso utilizado para financiar o investimento fixo.

O Quadro 2 evidencia as sub-hipóteses de H2:

Quadro 2: Sub-hipóteses para H2:

H2a	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por capital próprio.
H2b	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por cartão de crédito.
H2c	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por maiores prazos com fornecedores.
H2d	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por empréstimos bancários.
H2e	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por descontos de títulos.
H2f	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por familiares ou amigos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Myers e Majluf (1984, apud Wernke et al., 2017) buscaram apontar uma ordem das fontes de captação de recursos das firmas, onde inicialmente a opção seria de autofinanciamento, seguido pelos títulos negociáveis em seu poder e, por fim, a utilização de fontes externas que são tidas como seguras. Para Nakamura, Jucá e Bastos (2011), existem vários determinantes da estrutura e da maturidade da dívida, como por exemplo, o nível de crescimento e o tamanho da empresa, o grau de alavancagem, a variação dos montantes da dívida, bem como a forma que ocorre a participação dos administradores no capital da empresa. Visto que os autores apresentam uma ordem de captação de recursos, assim como fatores determinantes da estrutura e maturidade das dívidas de uma empresa, faz necessário averiguar se o porte da empresa é um fator decisivo para o tipo de financiamento utilizado pela empresa no momento em que o questionário desta pesquisa foi aplicado. Portanto, a hipótese apresentada busca testar a seguinte afirmação: H3 = há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento utilizado no momento da pesquisa.

O Quadro 3 evidencia as sub-hipóteses de H3:

Quadro 3: Sub-hipóteses para H3:

H3a	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por maiores prazos de pagamento a fornecedor.
H3b	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por cheque especial.
H3c	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por empréstimos em bancos privados.
H3d	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por empréstimos em bancos públicos.
H3e	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por empréstimos em cooperativas de crédito.
H3f	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por microcrédito.
H3g	Há associação significativa entre o porte da empresa e nenhum dos itens citados.
H3h	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por pagamento com cheque pré-datado.
H3i	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por cartão de crédito empresarial.
H3j	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por desconto de títulos.
H3k	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento com recursos de factoring.
H3l	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento com dinheiro de familiares ou amigos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Segundo Titman e Wessels (1988), empresas que apresentam maior grau de singularidade e as empresas mais lucrativas apresentam menor propensão ao endividamento e que empresas menores revelaram maior propensão ao endividamento de curto prazo do que as empresas maiores. Barclay e Smith (1995) encontraram evidência de forte relação entre o vencimento da dívida e o tamanho da empresa e afirmam que empresas pequenas dependem mais pesadamente de dívida bancária. Não há pesquisas que indicam uma análise quanto aos tipo de liberação de crédito para financiar as atividades da empresa, ou seja, se a liberação de crédito foi feita a pessoa física ou jurídica. Sendo assim, é importante a busca pela compreensão sobre a relação entre o porte da empresa e como essa financia as suas atividades por meio de obtenção de crédito por pessoa física e por pessoa jurídica. Por isso, esta hipótese busca testar a seguinte afirmação: H4 = há associação significativa entre o porte da empresa e a forma de liberação de empréstimo para pessoa física ou jurídica.

5. ANÁLISES E RESULTADOS

A classificação por porte da empresa, na amostra pesquisada, evidencia que há maior participação das microempresas (55%), seguida pelos microempreendedores individuais (36,8%), e em terceiro lugar encontram-se as empresas de pequeno porte (8,2%).

Quando comparado ao contexto nacional, a participação por classificação de porte, o DataSebrae (2019) apresenta os microempreendedores individuais com 53,42% de participação, microempresas com 34,14% e empresas de pequeno porte em terceiro lugar com 4,43%. A maior participação dos microempreendedores individuais no contexto nacional pode ser explicada pelo esforço do governo em implantar políticas públicas para diminuir o índice de informalidade dos trabalhadores, bem como pelo fato de que muitas pessoas que eram trabalhadores assalariados viram no empreendedorismo uma forma de sobrevivência.

A participação das empresas, quanto a sua classificação por segmento na amostra pesquisada, evidencia que as atividades relacionadas ao comércio surgem em primeiro lugar com participação expressiva (72,9%), seguidas de empresas com atividades relacionadas à prestação de serviço (26,4%), e em terceiro lugar, aparecem as indústrias com 0,7% de participação.

Quando comparado com os dados informados pelo DataSebrae (2019), encontra-se uma variação ao comparar esses resultados ao contexto nacional, sendo as empresas com atividades relacionadas à prestação de serviço as que aparecem com maior representatividade (44,42%), seguidas pelas empresas com atividades relacionadas ao comércio (35,09%), e as indústrias com 10,05% de participação. Vale registrar que o DataSebrae contabiliza separadamente a participação das empresas com atividades relacionadas à construção civil (7,27%) e agropecuária (3,08%).

A seguir, serão apresentados os resultados da utilização do teste do qui-quadrado de Pearson para averiguação das hipóteses sugeridas na metodologia deste trabalho.

Conforme visto na Tabela 1, não há uma associação significativa entre o porte da empresa e os tipos de financiamentos para o capital de giro da empresa, ou seja, recursos como o capital próprio, cartão de crédito, negociação de prazos maiores com fornecedores, empréstimos bancários, empréstimos com familiares ou amigos e desconto de títulos não tiveram associações significativas entre os portes MEI, ME e EPP.

Tabela 1 - Associação entre o porte da empresa e as fontes de financiamento do Capital de Giro:

		Capital Próprio		Cartão de Crédito		Maiores prazos com fornecedores		Empréstimos bancários		Descontos de títulos		Familiares ou amigos	
		Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
MEI	Cont.	17	82	82	17	94	5	92	7	98	1	94	5
	V.E.	19,5	79,5	85,8	13,2	90,5	8,5	87,6	11,4	97,9	1,1	93,8	5,2
ME	Cont.	32	116	131	17	131	17	129	19	146	2	139	9
	V.E.	29,2	118,8	128,2	19,8	135,3	12,7	130,9	17,1	146,3	1,7	140,3	7,7
EPP	Cont.	4	18	20	2	21	1	17	5	22	0	22	0
	V.E.	4,3	17,7	19,1	2,9	20,1	1,9	19,5	2,5	21,8	,2	20,9	1,1
Qui-Quadrado	Est.	0,777		2,035		3,634		4,884		0,333		1,443	
	Sig.	0,678		0,362		0,163		0,087		0,847		0,486	

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

O Quadro 5 mostra o resumo dos resultados das sub-hipóteses:

Quadro 5: Resultado das Sub-hipóteses para H1:

H1a	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por capital próprio.	Rejeitado
H1b	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por cartão de crédito.	Rejeitado
H1c	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por maiores prazos com fornecedores.	Rejeitado
H1d	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por empréstimos bancários.	Rejeitado
H1e	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por descontos de títulos.	Rejeitado
H1f	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por familiares ou amigos.	Rejeitado

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Para as empresas participantes da pesquisa, a forma de financiamento do capital de giro independe se essa é uma empresa maior e com uma estrutura financeira mais complexa ou se possui uma estrutura mais simples, como um microempreendedor individual.

A Tabela 2 evidencia uma associação entre o porte e as fontes de financiamento para investimento fixo. Sendo assim, a associação relevante foi a relação entre o porte e a busca por maiores prazos com fornecedores para financiar os investimentos fixos por parte das MEs (Sig. 0,032. Entretanto os MEIs e EPPs não utilizam essa fonte de financiamento.

Tabela 2 - Associação entre o porte da empresa e as fontes de financiamento para Investimento

Fixo:

		Capital Próprio		Cartão de Crédito		Maiores prazos com fornecedores		Empréstimos bancários		Familiares ou amigos		Descontos de títulos	
		Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
MEI	Cont.	27	72	85	14	98	1	93	6	95	4	92	7
	V.E.	29,4	69,6	85,4	13,6	93,5	5,5	91,6	7,4	95,7	3,3	93,1	5,9
ME	Cont.	44	104	128	20	135	13	137	11	143	5	140	8
	V.E.	44,0	104,0	127,6	20,4	139,7	8,3	137,0	11,0	143,0	5,0	139,2	8,8
EPP	Cont.	9	13	19	3	21	1	19	3	22	0	21	1
	V.E.	6,5	15,5	19,0	3,0	20,8	1,2	20,4	1,6	21,3	,7	20,7	1,3
Qui-Quadrado	Est.	1,602		0,020		6,857		1,501		0,910		0,378	
	Sig.	0,449		0,990		0,032		0,472		0,635		0,828	

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

As outras fontes de financiamento como capital próprio, cartão de crédito, empréstimos bancários, familiares ou amigos e descontos de títulos não se mostraram associação com o porte das empresas pesquisadas. O Quadro 6 mostra o resumo dos resultados das sub-hipóteses para H2:

Quadro 6: Resultado das Sub-hipóteses para H2:

H2a	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por capital próprio.	Rejeitado
H2b	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por cartão de crédito.	Rejeitado
H2c	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por maiores prazos com fornecedores.	Aceito
H2d	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por empréstimos bancários.	Rejeitado
H2e	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por descontos de títulos.	Rejeitado
H2f	Há associação significativa entre o porte da empresa e a fonte de financiamento por familiares ou amigos.	Rejeitado

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Ao associar o porte da empresa com o tipo de financiamento utilizado no momento da aplicação do questionário (Tabela 3), percebe-se que há uma associação significativa entre o porte empresarial e o tipo de financiamento com a negociação de prazo de pagamento a fornecedor (Sig. 0,001). Isso indica que as empresas enquadradas em MEs e EPPs negociam prazos maiores com fornecedores para financiar suas atividades. Isso pode implicar em uma

opção de alongar os prazos compensando o aumento dos custos e sem que a qualidade dos produtos seja afetada. Outra opção do alongamento dos prazos com fornecedores seria o impacto benéfico no capital de giro dessas empresas enquadradas nessas estruturas. Quanto aos MEIs, os resultados sugerem que essa fonte de financiamento não são relevantes para esse tipo de estrutura empresarial.

A associação entre o porte e empréstimos com bancos públicos se mostrou significativa (Sig. 0,007) onde a estrutura empresarial de MEs e EPPs utilizam as fontes de financiamentos provenientes de bancos públicos, talvez por serem mais estruturadas e possuírem garantias para a quitação do empréstimos. Já os MEIs não utilizam essa fonte de financiamento talvez pelo sua estrutura simples de negócio tendo somente um indivíduo responsável por toda a operação do negócio e, também, os poucos ou quase nenhum ativos para dar garantia aos bancos.

A Tabela 3 evidencia a associação entre o porte empresarial e nenhum dos itens citados (Sig. 0,011) onde os MEIs mostram que possuem outros tipos de financiamento para as suas atividades que não foram citados na pesquisa devido ao pouco acesso as fontes formais de financiamento. As outras fontes de financiamento citados na Tabela 3 não mostraram associações significativas com o porte empresarial, mas evidenciando que as MEs utilizam cheques especiais, empréstimos com bancos privados, empréstimos com cooperativas de crédito, microcrédito, pagamento com cheque pré-datado, desconto de títulos e recursos com *factoring* como forma de financiamento para as suas atividades:

Tabela 3 – Associação entre o porte da empresa e o tipo de financiamento utilizado no momento da aplicação do questionário:

		MEI		ME		EPP		Qui-Quadrado	
		Cont.	V.E.	Cont.	V.E.	Cont.	V.E.	Est.	Sig.
Maiores prazos de pgto a Fornecedor	Não	87,0	80,6	120,0	120,5	12,0	17,9	13,241	0,001
	Sim	12,0	18,4	28,0	27,5	10,0	4,1		
Cheque Especial	Não	97,0	96,4	143,0	144,1	22,0	21,4	1,072	0,585
	Sim	2,0	2,6	5,0	3,9	0,0	0,6		
Empréstimos em Bancos Privados	Não	95,0	92,0	134,0	137,5	21,0	20,4	2,885	0,236
	Sim	4,0	7,0	14,0	10,5	1,0	1,6		
Empréstimos em Bancos Públicos	Não	97,0	89,8	128,0	134,2	19,0	20,0	9,831	0,007
	Sim	2,0	9,2	20,0	13,8	3,0	2,0		
Empréstimos em Cooperativas de Crédito	Não	98,0	97,9	146,0	146,3	22,0	21,8	0,333	0,847
	Sim	1,0	1,1	2,0	1,7	0,0	0,2		
Microcrédito	Não	97,0	96,8	144,0	144,7	22,0	21,5	0,673	0,714
	Sim	2,0	2,2	4,0	3,3	0,0	0,5		

Nenhum dos Itens citados	Não	39,0	48,2	76,0	72,1	16,0	10,7	8,932	0,011
	Sim	60,0	50,8	72,0	75,9	6,0	11,3		
Pgto com cheque pré-datado	Não	97,0	93,1	136,0	139,2	20,0	20,7	4,353	0,113
	Sim	2,0	5,9	12,0	8,8	2,0	1,3		
Cartão de crédito empresarial	Não	89,0	90,2	136,0	134,8	20,0	20,0	0,291	0,865
	Sim	10,0	8,8	12,0	13,2	2,0	2,0		
Desconto de títulos	Não	98,0	96,4	143,0	144,1	21,0	21,4	1,670	0,434
	Sim	1,0	2,6	5,0	3,9	1,0	0,6		
Recursos de factoring	Não	99,0	98,6	147,0	147,4	22,0	21,9	0,821	0,663
	Sim	0,0	0,4	1,0	0,6	0,0	0,1		
Dinheiro de amigos/parentes	Não	94,0	95,3	143,0	142,5	22,0	21,2	1,388	0,499
	Sim	5,0	3,7	5,0	5,5	0,0	0,8		

*. A estatística de qui-quadrado é significativa no nível ,05.

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

Portanto, apesar de estarem enquadradas na categoria de micro e pequenas empresas, cada porte empresarial (microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte) traz consigo suas particularidades, e a distinção no comportamento dessas empresas, por sua vez, pode se transformar em um estudo futuro. O Quadro 7 mostra o resumo dos resultados das sub-hipóteses para H3:

Quadro 7: Resultados das Sub-hipóteses para H3:

H3a	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por maiores prazos de pagamento a fornecedor.	Aceito
H3b	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por cheque especial.	Rejeitado
H3c	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por empréstimos em bancos privados.	Rejeitado
H3d	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por empréstimos em bancos públicos.	Aceito
H3e	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por empréstimos em cooperativas de crédito.	Rejeitado
H3f	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por microcrédito.	Rejeitado
H3g	Há associação significativa entre o porte da empresa e nenhum dos itens citados.	Aceito
H3h	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por pagamento com cheque pré-datado.	Rejeitado
H3i	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por cartão de crédito empresarial.	Rejeitado
H3j	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento por desconto de títulos.	Rejeitado
H3k	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento com recursos de factoring.	Rejeitado
H3l	Há associação significativa entre o porte da empresa e o tipo de financiamento com dinheiro de familiares ou amigos.	Rejeitado

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A Tabela 4 evidencia a associação entre o porte e a forma de liberação de empréstimo (Sig. 0,000), ou seja, liberação de crédito para pessoa física ou jurídica. Os resultados sugerem que a liberação de empréstimos das estruturas empresariais de MEs e EPPs se dá por meio da pessoa jurídica, enquanto que os MEIs ocorrem pela liberação de crédito pela pessoa física:

Tabela 4 – Associação entre o porte da empresa e a forma de liberação de crédito:

		Pessoa Física	Pessoa Jurídica
MEI	Cont.	20,0	9,0
	V.E.	12,5	28,0
ME	Cont.	14,0	60,0
	V.E.	18,7	41,8
EPP	Cont.	0,0	7,0
	V.E.	2,8	6,2
Qui-Quadrado	Est.	33,956	
	Sig.	0,000	

A estatística de qui-quadrado é significativa no nível ,05.

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

Este resultado corrobora para o entendimento e pressuposição de que a estrutura financeira da empresa é um fator que interfere na forma como a empresa solicita operação de crédito junto ao banco, se em nome da pessoa física ou em nome da pessoa jurídica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal associar o porte empresarial com as liberações de crédito, visto que a concentração do crédito para as pessoas jurídicas no Brasil, está predominantemente nas empresas de maior porte, comprometendo seriamente a dinamicidade da atividade empresarial dos negócios de menor porte (BARCELOS; CARVALHO, 2002).

Através da aplicação do instrumento de pesquisa, constatou-se que um pouco mais da metade dessas empresas não utilizam nenhum dos tipos de financiamento, assim também se averiguou que o recurso mais utilizado para financiamento tanto do capital de giro quanto do investimento fixo é o capital próprio das empresas. Esses resultados corroboram para a afirmação de que as micro e pequenas empresas encontram sérias dificuldades para obter

crédito, financiando-se por meio de recursos próprios, muitas vezes insuficientes para atender às necessidades, o que corrobora com as pesquisas de Barcelos e Carvalho (2002).

Os resultados da pesquisa sugerem que as MEs e EPPs utilizam maiores prazos com fornecedores como fonte de financiamento para investimento fixo. Quanto à utilização das fontes de financiamento para capital de giro, os resultados evidenciam que não obteve associação significativa para nenhuma estrutura empresarial pesquisada.

Quanto à associação entre o porte empresarial e o tipo de financiamento no momento da aplicação do questionário, os resultados sugerem que as MEs e EPPs utilizam a negociação com prazo de fornecedor como tipo de financiamento de suas atividades. A pesquisa evidencia que as MEs e EPPs também utilizam empréstimo com banco público como um tipo de financiamento para a atividade empresarial. Os MEIs sinalizaram na pesquisa que nenhum dos tipos de financiamento citados no questionário são utilizados como forma de financiamento para suas atividades. A pesquisa sugere, também, que há uma associação entre o porte e a liberação de crédito para a pessoa jurídica e foi significativo para MEs e EPPs.

Desse modo, esta pesquisa contribui academicamente no que se refere ao estudo das micro e pequenas empresas no contexto da liberação e utilização do crédito no Brasil. Em âmbito nacional, sua importância se relaciona com políticas de crédito e financiamentos, pois a maior compreensão desses fatores determinantes auxilia no desenvolvimento de medidas que cooperem para a resolução dos problemas relacionados a esse tema.

Para pesquisas futuras, sugere-se a aplicação do instrumento de pesquisa utilizado em outras regiões, para se analisar as variações decorrentes das mudanças de contextos. Propõe-se um estudo mais detalhado, no que se refere ao porte das empresas e as razões dadas pelos bancos para não conceder o empréstimo/financiamento, bem como a percepção das empresas sobre o que poderia ser feito para facilitar a aquisição de empréstimo/financiamento.

REFERÊNCIAS

ANDREASSI, Tales. Impactos do Microcrédito Junto do Empreendedor de Pequenos Negócios: O caso do Bancrri/Sc. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p.75-85, 2004.

AOKI, Vanessa C. G.; BADALOTTI, Rosana M. Dificuldades e perspectivas no acesso de micro e pequenas empresas a linhas de crédito públicas: o caso de Chapecó. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, p.1305-1327, out. 2014.

BARCELOS, Luiz C.; CARVALHO, Antônio G. de. Determinantes do acesso ao crédito empresarial no Brasil. Nova Friburgo: **SBE**, 2002.

BARCLAY, Michael; SMITH, C. The Maturity Structure of Corporate Debt. **The Journal of Finance**, v. 50, n 2, p. 609-631. 1995.

CARVALHO, Carlos E.; ABRAMOVAY, Ricardo. Diagnóstico da oferta e da demanda de serviços financeiros. In: SANTOS, Carlos Alberto *et al* (org.). **O Sistema financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnósticos e Perspectivas**. cap. 1, Brasília: SEBRAE, 2004.

CHAGANTI, R., DECAROLIS, D., DEEDS, D., Predictors of capital structure in small ventures. **Entrepreneurship: Theory and Practice**, 20. n.2, p.7(12), 1995.

CHAVES JUNIOR, Antônio E.. **As Pequenas Micro e Empresas Brasil**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, p. 56, 2000.

COSTA, Aline P. N. da; LEANDRO, Luiz A. de L. O Atual Cenário Das Micro E Pequenas Empresas No Brasil. In: **Simpósio de Excelência Em Gestão e Tecnologia**, Resende. v. 1, p. 1 – 12. 2016.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2003.

DUTRA, I.; GUAGLIARDI, J. A. As micro e pequenas empresas: uma revisão da literatura de marketing e os critérios para caracterizá-las. **Revista de Administração de Empresas**, v. 24, n. 4, p. 123-131, 1984.

EVERTON JUNIOR, Antônio. **MPE: avanços importantes para as micro e pequenas empresas 2017-2018**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, p. 98. 2017.

KOTESKI, M. A. As micro e pequenas empresas no contexto econômico brasileiro. **Revista FAE Business**. Blumenau, n.8. p 16-18. Maio 2004.

LEÓN, Janina; SCHREINER, Mark. Financiamiento para las micro y pequeñas empresas: algunas líneas de acción. **Revista Economía**, Peru, v. 21, n. 41, p.61-106, jun. 1998.

LEONE, R. J. G.; LEONE, N. M. C. P. G. Pequenas e médias empresas: contribuições para a discussão sobre por que e como medir o seu tamanho. **RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, v. 4, n. 1, art. 6, p. 67-83, 2012.

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTS, Geoffrey E. **Administração de Pequenas Empresas**. São Paulo: Makron, 1997.

MATOS, Marcelo P. de; ARROIO, Ana. **Políticas de apoio às micro e pequenas empresas no Brasil: Avanços no período recente e perspectivas futuras**. Santiago: Comisión Económica Para América Latina y El Caribe (cepal), p. 78. 2011.

MAXIMIANO, Antônio C. A. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MENÉNDEZ-REQUEJO, S. Interdependencia de las decisiones financieras en las empresas españolas. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, 25(87), 315-342. 1996.

MERCOSUL. **Resolução nº 59 de 1998 do Grupo Mercado Comum do Sul**. 1998.

MERCOSUL. **Resolução nº 90 de 1993 do Grupo Mercado Comum do Sul**. 1993.

MYERS, Stewart C. The Capital Structure Puzzle. **Journal of Finance**, v. 39, nº 3, p. 575-592, 1984.

NAKAMURA, W. T., JUCÁ, M. N., & BASTOS, D. D. Estrutura de maturidade das dívidas das empresas brasileiras: um estudo empírico. **Revista de Administração Contemporânea**, 15(2), 228-248. 2011.

OLIVEIRA, Nilza D. A. de et al. Micro e Pequenas Empresas: Desafios, Oportunidades e Mecanismos de Sobrevivência. In: **Congresso Internacional de Administração**, Natal. v. 1, p. 1 - 12. 2016.

PEROBELLI, F. F. C.; FAMÁ, R. Fatores determinantes da estrutura de capital para empresas latino-americanas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. 1, p. 9-35, 2003.

RAIFUR, Léo; ALVES, Juliane Marcondes; SOUSA, Almir Ferreira de. Capital de giro na micro e pequena empresa: estrutura, financiamento e gestão. In: **XVI Congresso Brasileiro de Custos**, 2009, Fortaleza. Anais. Fortaleza: Xx, 2009.

SANTOS, Anselmo L. dos; KREIN, José D.; CALIXTRE, Andre B. **Micro e pequenas empresas: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 232. 2012.

SEBRAE. **O Financiamento das MPE no Brasil**. Setembro, 2017.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Julho, 2014.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Outubro, 2016.

SILVA, Anderson Borges da et al. Desafios Enfrentados Pelas Micro e Pequenas Empresas no Brasil. **Revista Conexão Eletrônica**, Três Lagoas, v. 12, n. 1, p.460-474, set. 2015.

SILVA NETO, A. T. S.; TEIXEIRA, R. M. Mensuração do Grau de Inovação de Micro e Pequenas Empresas: Estudo em Empresas da Cadeia Têxtil-Confecção em Sergipe. **Revista de Administração e Inovação**, v. 8, n. 3, art. 96, p. 205-229, 2011.

TITMAN, S.; WESSELS, R. The determinants of capital structure choice. **The Journal of Finance**, 43(1), 1-19. 1988.

VIDAL, Rafael de Mello. **Inserção de micro, pequenas e médias empresas no processo negociador do MERCOSUL**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 324. 2011.

WERNKE et al. Características do Financiamento do Capital de Giro de Pequenas Empresas do Sul de Santa Catarina. **Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec**, Osasco, p.211-242, dez. 2017.

ZICA, Roberto M. F.; MARTINS, Henrique C.; CHAVES, Alessandro F. B. **Dificuldades e perspectivas de acesso ao sistema financeiro nacional pelas micro e pequenas empresas**. São Paulo: Egepe Mackenzie, 2008.

ZICA, Roberto Marinho Figueiroa; MARTINS, Henrique Cordeiro. Sistema de garantia de crédito para micro e pequenas empresas no Brasil: proposta de um modelo. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 1, p.181-204, fev. 2008.